



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

3º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Competência: Matéria Cível.

Juiz Federal Titular: Dr. Marco Falcão Critsinelis

Juiz Federal Substituto: não há

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 23 a 26 de agosto de 2016, a correição ordinária eletrônica do 3º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Atentar para o cumprimento das Metas do CNJ de 2016;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
3. Verificar e regularizar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão tenha sido cadastrado equivocadamente;
4. Observar e retificar, quando possível, a classificação das sentenças, de forma a evitar a classificação como “vazias”;
5. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme Ofício n.º 10.780/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 22/07/2016, e Portaria PR-RJ n.º 952, de 21/07/2016, o Procurador da República Dr. Marcello Paranhos O. Miller foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11-DPURJ/SECGABDPC RJ, de 16/02/2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ **ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

De acordo com o questionário de pré-correição

“Este Juizado não possui Juiz Substituto.”

.Titular: **Dr. Marco Falcão Critsinelis**, em exercício desde julho de 2005.
.Substituto:Não há.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 02

Técnicos Judiciários: 09

(Três destes técnicos são requisitados do TRF2ª Região)

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Julho/2014	Correição julho/2016
Total	1.968	3.264
Suspensos	23	1.533
Tramitação ajustada	1.945	1.711

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em julho/2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 19/08/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/08/2015 a 31/07/2016):

Período	01/08/2015 a 30/06/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	14.508	78,23	1
Decisão	1.071	5,78	2
Sentença	2.966	15,99	5
Total Geral	18.545	100,00	2se

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 19/08/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

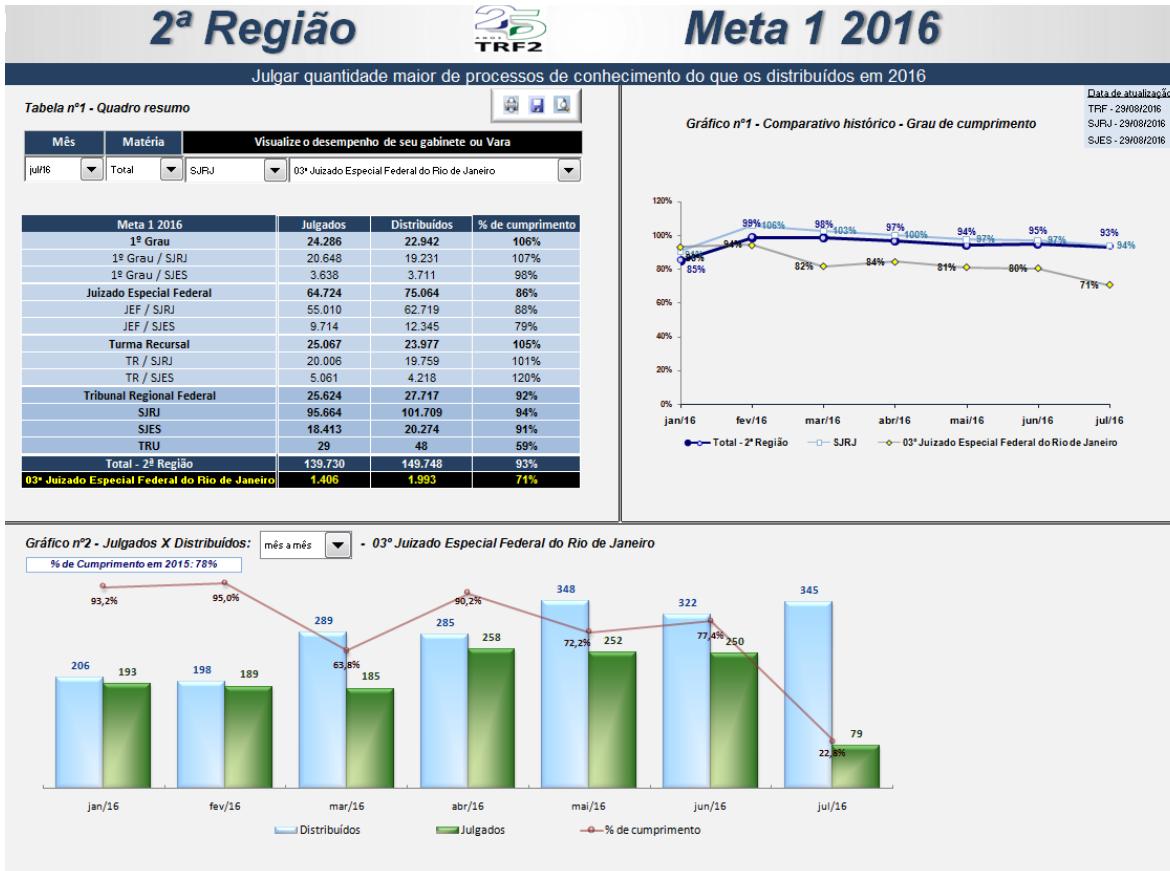
**I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente**

1 - Matéria não criminal.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a junho de 2016, foram distribuídos para o órgão correicionado 1.993 processos, porém foram julgados no total 1.406 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 71%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



(quadro resumo atualizado até 21/07/2016)

2 - Matéria criminal:

Não se aplica.

II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 100% da meta, não havendo processos pendentes.

2^a Região

25
TRF2

Meta 2 2016

Identificar e julgar, até 31/12/2016.

No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;

Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;

Nos Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %		Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJUJ	SJUJ	03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	Pendentes	% de Julgados	
Jul/16	49.484	44.207	913	45.120	4.364	91%	
TRF	69.445	62.243	2.518	64.761	4.684	93%	
Seções Judicícias	60.860	54.511	2.196	56.707	4.153	93%	
SJES	8.585	7.732	322	8.054	531	94%	
Total - 2 ^a Região	118.929	106.450	3.431	109.881	9.048	92%	
03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	3	3	0	3	0	100%	

Data de atualização:

TRF - 01/08/2016

SJUJ - 24/08/2016

SJES - 24/08/2016

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Gráfico nº 1 - Comparativo histórico - % de Julgados

Mês	Total - 2 ^a Região (%)	SJUJ (%)	03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro (%)
jan/15	94%	84%	100%
fev/15	94%	84%	100%
mar/15	94%	84%	100%
abr/15	94%	84%	100%
mai/15	94%	84%	100%
jun/15	94%	84%	100%
jul/15	94%	84%	100%
ago/15	94%	84%	100%
set/15	94%	84%	100%
out/15	94%	84%	100%
nov/15	94%	84%	100%
dez/15	94%	84%	100%
jan/16	94%	84%	100%
fev/16	94%	84%	100%
mar/16	94%	84%	100%
abr/16	94%	84%	100%
mai/16	94%	84%	100%
jun/16	94%	84%	100%
jul/16	94%	84%	100%

Gráfico nº 2 - Acompanhamento Mensal - 03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Mês	Julgados acumulado	Acervo pendente	% de Julgados
jan/15	3	0	100%
fev/15	3	0	100%
mar/15	3	0	100%
abr/15	3	0	100%
mai/15	3	0	100%
jun/15	3	0	100%
jul/15	3	0	100%
ago/15	3	0	100%
set/15	3	0	100%
out/15	3	0	100%
nov/15	3	0	100%
dez/15	3	0	100%
jan/16	3	0	100%
fev/16	3	0	100%
mar/16	3	0	100%
abr/16	3	0	100%
mai/16	3	0	100%
jun/16	3	0	100%
jul/16	3	0	100%

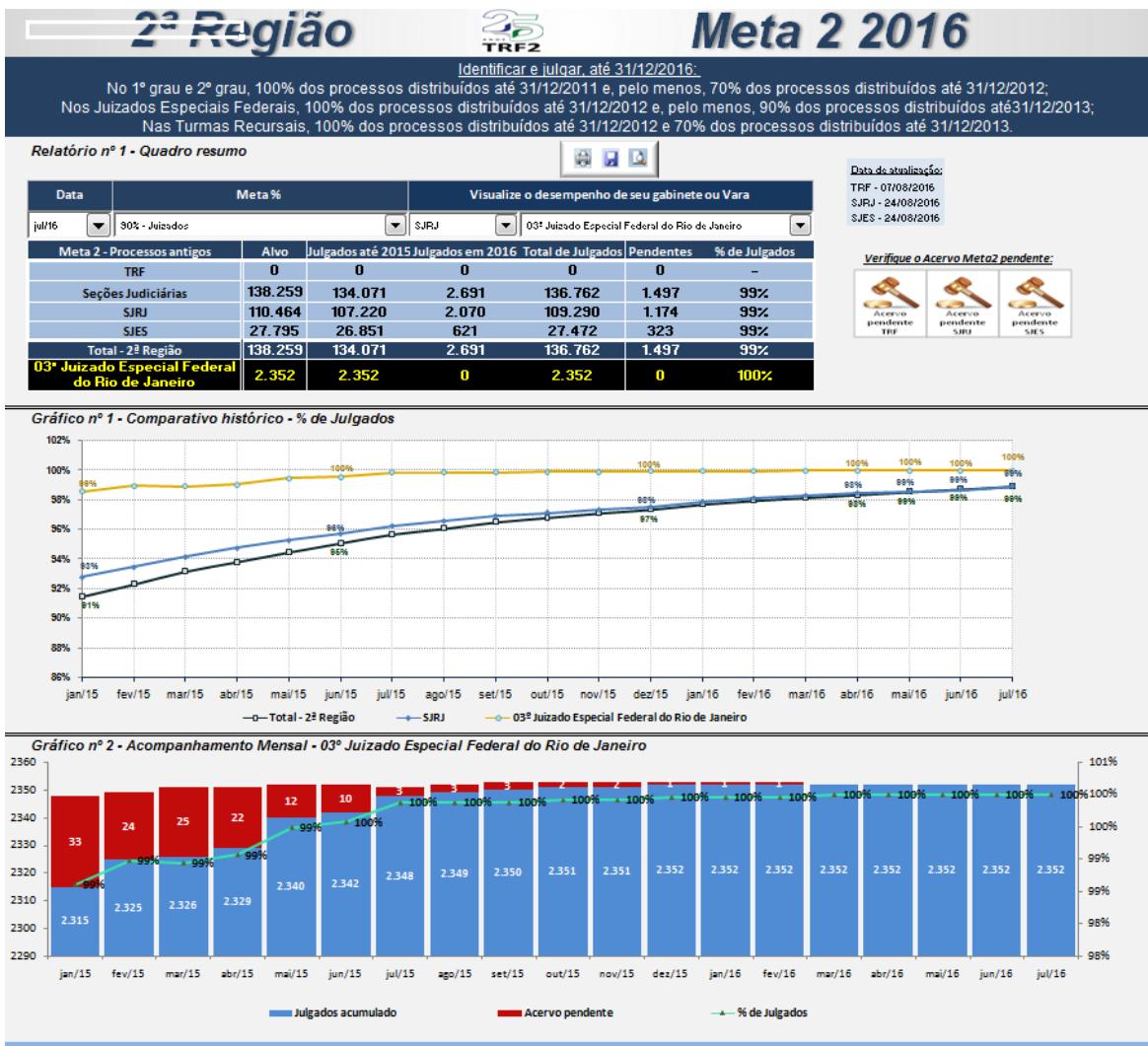
(quadro resumo atualizado até 21 de julho de 2016)

2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correionado cumpriu 100% da meta, não havendo processos pendentes.



(quadro resumo atualizado até 21 de julho de 2016)

III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).
Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento desta meta.

IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

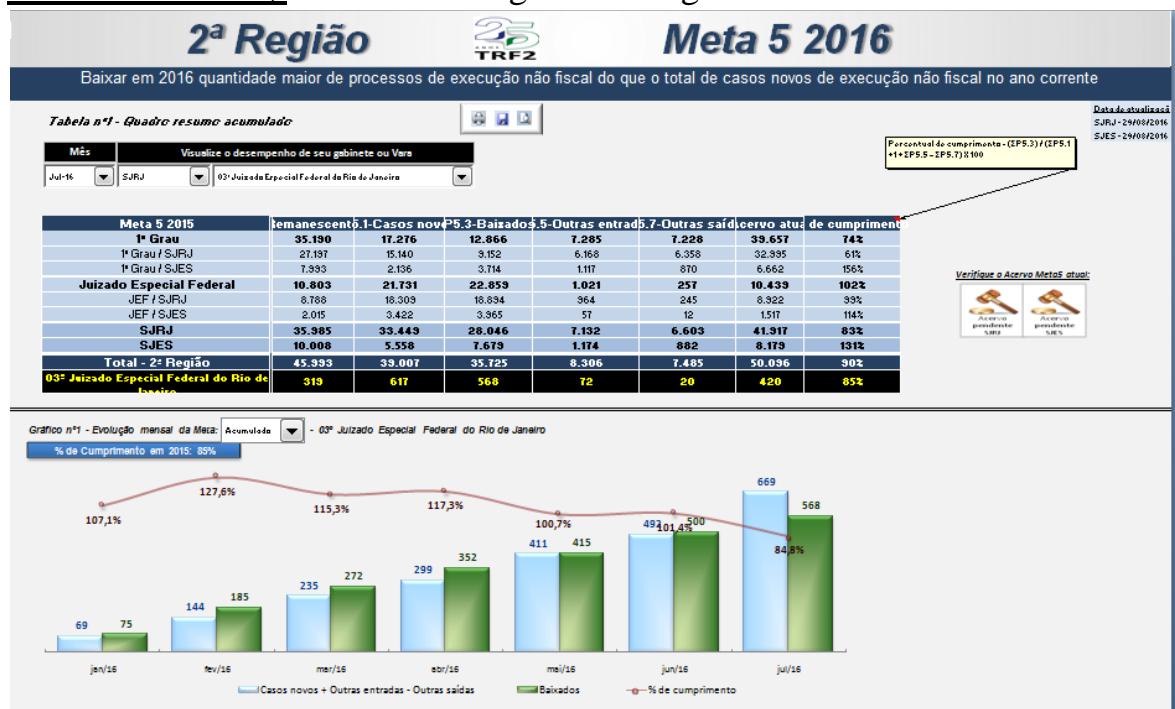
Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Tribunais Regionais Federais)

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 85%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(quadro resumo atualizado até 21 de julho de 2016)

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas
Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus.**

Não se aplica.

VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: mapas extraídos do portal de estatísticas da Segunda Região.

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 01/08/2015 A 31/07/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 755 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 04/08/2015 e a última em 25/07/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correionado, **não foi encontrado local virtual específico para as iniciais.**

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 25/08/2016, às 13h 39min.

2. BALCÃO DE ENTRADA

05 documentos, sendo o mais antigo de 02/03/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 25/08/2016, às 14:03 min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário Pré-Correição:

"Com relação aos processos com verificação de prevenção, quando do acesso ao balcão de entrada, que é acessado diariamente pela Supervisora da fase de Conhecimento ou seu substituto eventual, é feita a triagem dos processos distribuídos/redistribuídos, com o encaminhamento dos mesmos para análise de prevenção ao escaninho eletrônico apropriado. Certificado se há ou não prevenção é aberta a conclusão e remetido o processo ao gabinete, já com a minuta de despacho, para verificação e assinatura pelo Juízo."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:
(Arts. 227 da CNCR)

Posição em	19/08/2016
Conclusão até	18/08/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 19/08/2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	19/08/2016
Último Movimento até	18/08/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	183	91,04
Mais de 60	18	8,96
Total Geral	201	100,00

- 00201188120144025151** – trata-se de ação de obrigação de fazer c/c por danos morais com pedido de liminar distribuída em 12/11/2014. O processo foi reativado em 26/08/2016 com conclusão para despacho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **00205133920154025151** – trata-se de ação ordinária de servidor público em face da União Federal distribuída em 09/03/2015. O processo foi reativado em 25/08/2016 com conclusão para despacho.
- **00253893720154025151** – trata-se de ação de indenização por danos morais distribuída em 18/03/2015. O processo foi reativado em 26/08/2016 com conclusão para despacho.
- **00259823720134025151** – trata-se de ação ordinária de servidor público militar em face da União Federal distribuída em 11/10/2013. Último movimento: Juntada, em 22/06/2016. **Processo parado, desde então.**
- **00196407320144025151** – trata-se de ação de cobrança c/c obrigação de fazer, distribuída em 07/11/2014. Último movimento: citação intimação, em 24/06/2016. **Processo parado, desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 19/08/2016**.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 19/08/2016, **04** documentos, sendo o mais antigo de agosto de 2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 19/08/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

- EXECUÇÃO-PRAZOS: 248 documentos, sendo o mais antigo de 13/07/2016;
- SECRETARIA - PRAZO - AUTOR / Outros: 228 documentos, sendo o mais antigo de 13/07/2016;
- SECRETARIA - PRAZO - RÉU: 228 documentos, sendo o mais antigo de 13/07/2016;

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 26/08/2016, às 14h 18 min.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

- BAIXA - AG. DEPÓSITO RPV / PREC.: 57 documentos, sendo o mais antigo de 29/09/2015;
- EXECUÇÃO - AG. ENVIAR RPV.: 13 documentos, sendo o mais antigo de 23/08/2016;
- EXECUÇÃO - EXPEDIR RPV.: 30 documentos, sendo o mais antigo de 18/07/2016;
- SECRETARIA - EXPEDIR MANDADO / OFÍCIO / ALVARÁ.: não há documentos pendentes;
- SECRETARIA - EXPEDIR TELEGRAMA: não há documentos pendentes;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 26/08/2016, às 14h 38 min.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

Posição em	19/08/2016
------------	-------------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	1
Documento	0
Total Geral	1

- 01550579520144025151**- Ação de Relação de Inexistência de Relação Jurídica Tributária c/c Repetição de indébito distribuída em 02/10/2014. Despacho à fl. 237, em 23/08/2016, requerendo à secretaria a exclusão do sigilo cadastrado no sistema, a fim de possibilitar a visualização do feito.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça em 19/08/2016

10. PUBLICAÇÕES
(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2015 a 07/2016
	Processos	9.719
	Boletins	238
	Média (Proc. / Bol.)	40,84
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,97

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 19/08/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Não constam processos com prazo vencido de remessa externa, conforme se verifica abaixo:

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 19/08/2016.

12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS:

a) Total de processos suspensos (em 19/08/2016):

. Cíveis: 1.554



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior: 1246

- **01202999020144025151**- Ação de cobrança de diferença de correção monetária do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 54/65, em 12/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Despacho à fl. 160, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.
- **00044879720144025151**- Ação ordinária de correção de saldo do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 46/57, em 28/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Despacho à fl. 154, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.
- **01196477320144025151**- Ação ordinária de correção de saldo do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 39/50, em 15/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Despacho à fl. 222, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **00082730820144025101**- Ação ordinária de correção de saldo do FGTS, com pedido de tutela antecipada. Despacho à fl. 129, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.
- **00049448520144025101** Ação ordinária do FGTS, pelas perdas dos índices correção pela TR. Despacho à fl. 140, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.

b) **Outros – fase conhecimento:** 306

- **01610311620144025151**- Ação ordinária em face da CEF. Despacho à fl. 115, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.
- **01667048720144025151**- Ação ordinária em face da CEF de cobrança de diferença de correção monetária do FGTS. Despacho à fl. 119, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.
- **01691661720144025151**- Ação de cobrança em face da CEF. Despacho à fl. 99, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **01693541020144025151**- Ação ordinária de correção de saldo do FGTS. Despacho à fl. 105, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.
- **01703085620144025151**- Ação de cobrança da diferença de correção monetária do FGTS c/c danos morais. Despacho à fl. 150, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.

c) **Outros - Fase/Processo Execução: 02**

- **05014962320164025151**- Ação de indenização por danos materiais e reparação dos danos morais. Despacho à fl. 18, suspendendo o processo até a indicação da data pelo CESOL, para fins de conciliação. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros - Fase/Processo Execução”, ao invés do motivo específico “Outros – fase conhecimento”.
- **01097464720154025151**- Ação de devolução do PSS retirado em excesso . Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 57/62, em 28/10/2015, julgando procedente o pedido autoral. Despacho às fls. 95/96, ficando os autos sobretestados até a comprovação do depósito do RPV. S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros - Fase/Processo Execução”, ao invés do motivo específico “Cumprimento de Precatório/RPV”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 19/08/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 26/08/2016**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13. SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2966

- a. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição: 23
- b. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 22
- c. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 06
- d. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 38
- e. Com Resolução de Mérito - Extinta a execução ou o cumprimento da sentença: 02
- f. Com Resolução de Mérito - Homologada a Transação: 266
- g. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 376
- h. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 191
- i. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 362
- j. Convertida em Diligência: 38
- k. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 28
- l. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 40
- m. Em Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 07
- n. Em Embargos de Declaração Não Conhecidos: 01
- o. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 30
- p. Embargos de Declaração: 01
- q. Liminar/Antecipação de Tutela Deferida: 01
- r. Resolução de Mérito - Conciliação/Transação Homologada: 373
- s. Resolução de Mérito - Extinção da Execução: 01
- t. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 175



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- u. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente - dispensada a citação: 61
 - v. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 319
 - w. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 144
 - x. Resolução de Mérito - Reconhecida Prescrição/Decadência: 17
 - y. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida: 27
 - z. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida Parcialmente: 01
 - aa. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida: 26
 - bb. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida Parcialmente: 07
 - cc. Sem Resolução do Mérito: 179
 - dd. Sem Resolução do Mérito - Desistência da Ação: 1
 - ee. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 64
 - ff. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência das condições da ação: 14
 - gg. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 21
 - hh. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 25
 - ii. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por negligência das partes: 12
 - jj. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 22
 - kk. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ser a ação intransmissível: 02
- II. Vazias: 43**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0130164-06.2015.4.02.5151
- 0126370-74.2015.4.02.5151
- 0126254-68.2015.4.02.5151
- 0126212-19.2015.4.02.5151
- 0126129-03.2015.4.02.5151

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0109059-70.2015.4.02.5151
- 0113269-67.2015.4.02.5151
- 0113073-97.2015.4.02.5151
- 0109853-91.2015.4.02.5151
- 0109853-91.2015.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0000286-91.2016.4.02.5151
- 0000117-07.2016.4.02.5151
- 0000083-32.2016.4.02.5151
- 0000011-45.2016.4.02.5151
- 0008032-10.2016.4.02.5151

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0122695-06.2015.4.02.5151
- 0121694-83.2015.4.02.5151
- 0121359-64.2015.4.02.5151
- 0121256-57.2015.4.02.5151
- 0120906-25.2015.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 26/08/2016**.

**14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

"Este Juizado faz uso de identificadores existentes no sistema Apolo, além de outros identificadores criados na secretaria, que nos auxiliam na identificação/controle desses processos com prioridade legal, tais como, pedidos de tutela e prioridade idoso. Tão logo esses processos são identificados, é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

dada a devida prioridade ao seu processamento, com a abertura de conclusão para despacho, decisão ou sentença."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.2.

15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

"A organização dos processos é feita pelo próprio magistrado, que seleciona os processos e os encaminha para a mesa das servidoras do Gabinete com conclusão aberta para sentença, de acordo com a matéria, para as minutas, dando prioridade aos processos com distribuição mais antiga. Geralmente a sentença é proferida dentro do próprio mês da abertura da conclusão ou, nos casos mais complexos, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, obedecendo-se ao prazo estabelecido pela CNCR (180 dias para sentença).

Tanto a Oficial de Gabinete como a Diretora de Secretaria acompanham o tempo entre a entrada e a saída dos processos das mesas dos servidores do Gabinete, mantendo-se constante diálogo das servidoras com a diretora da secretaria e a oficial de gabinete e, diretamente com o magistrado, para fins de orientação e esclarecimento de dúvidas. "

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.4.

16. EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	359	359
	Total		359	359



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2^a Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 19/08/2016.

17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 31/01/2015 a 31/01/2016).

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 1.089
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 233 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 1.071
- . Enviados: 1.037

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 18
- . Enviados: 11

- Precatórios Parcelados: Não há

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 19/08/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

18. CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens penhorados.

Fonte: Apolo – Secretaria – Consultas – Bens penhorados.

19. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não há processos com bens acautelados/apreendidos que tenham valor relevante para esta análise.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.

20. LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

"Em relação aos livros e pastas obrigatórios, informo que todos aqueles existentes neste Juizado se encontram em situação regular de controle/preenchimento:

Art. 148 da CNCR:

- 1) livro de ponto dos servidores;*
- 2) livro de reclamações (utilizado nas inspeções);*
- 3) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo - livro sem uso, uma vez que não há acervo de processo físico em tramitação;*
- 4) livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio - livro sem uso;*
- 5) livro de entrega de autos às partes sem traslado - não se aplica;*
- 6) livro de carga ao Ministério Público - livro sem uso;*
- 7) livro de registro de livramento condicional - não se aplica;*
- 8) livro do rol de culpados - não se aplica;*
- 9) pasta de termos de fiança - não se aplica;*
- 10) pasta de suspensão condicional da pena e do processo - não se aplica;*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

11) pastas de atos do plantão - temos uma pasta eletrônica, no drive "K" deste JEF.

Art. 149 da CNCR: pastas eletrônicas:

- 1) pasta de mandados;*
- 2) pasta de ofícios;*
- 3) pasta de alvarás;*
- 4) pasta de relatórios de inspeções; pasta eletrônica arquivada no drive "K" deste JEF;*
- 5) pasta de atas de audiências; pasta física, existente no apoio do gabinete;*
- 6) pasta de mandados de prisão - não se aplica e*
- 7) pasta de sentenças.*

Obs.: utilizamos uma pasta física, na secretaria, para guarda dos documentos originais recebidos para posterior devolução às partes e/ou realização de perícia grafotécnica. Existe uma pasta de correição, eletrônica, no drive "K" deste JEF.

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

21. ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

"As instalações físicas atendem de forma satisfatória às necessidades do serviço, sendo de registrar os esforços de toda equipe visando a economia dos recursos materiais disponíveis."

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06491).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

"6.2.1. Três meses: proferir sentença nos dois processos distribuídos no ano de 2014, de nºs 00138969720144025151 (está no prazo do autor até 07/07) e 01832502320144025151 (está no contador);

6.2.2. Seis meses: atingir a meta 1 do CNJ;

6.2.3. Um ano: manter acervo abaixo de 1.000 (hum mil) processos em tramitação, com prolação de sentenças em número maior em relação ao número de processos distribuídos.

Dada a atual situação em que se encontra este Juizado, temos ainda como meta estipulada a prolação de sentença em 100% , nos processos distribuídos até dezembro/2015, inclusive, até o dia 19/12/2016 sendo que, a partir daí, o que se busca atingir é a prolação de sentença nos processos distribuídos dentro do ano em curso, até o final do segundo semestre do mesmo, mantendo-se em dia a prolação de sentenças, dentro do mesmo ano e até o final do primeiro semestre seguinte, em relação aos processos distribuídos no segundo semestre do ano anterior."

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Isabelle Habib Oliveira, Mat. nº 11.750